

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.597.989 - RS (2019/0301356-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : BOA VISTA SERVICOS S.A
ADVOGADOS : CARLOS DAHLEM DA ROSA - RS021051
ADRIANA SANTOS DE SOUZA - RS082118B
AGRAVADO : MAIRA DO CARMO CAMARGO ARAUJO
ADVOGADO : GIOVANI DA ROCHA FEIJÓ - RS075501

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos contra decisão que inadmitiu recurso especial por aplicação das Súmulas n. 7, 83 e 518 do STJ (e-STJ fls. 162/169).

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo da agravada, em julgado que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 71):

RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. FALTA DE COMUNICAÇÃO.

1. Ausente a comprovação de notificação ao consumidor acerca da inscrição de seu nome nos órgão de proteção ao crédito. Violação ao disposto no art. 43, § 2º do Código de Defesa do Consumidor.

2. Dano moral *in re ipsa* pela inscrição do nome do devedor em registro de inadimplentes sem prévia comunicação.

3. Inexistindo critérios objetivos de fixação do valor para indenização por dano moral, cabe ao magistrado arbitrar as quantias de acordo com o caso concreto. Valor fixado em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

DERAM PROVIMENTO À APELAÇÃO. UNÂNIME.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 111/115).

No recurso especial (e-STJ fls. 119/133), com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente aponta negativa de vigência dos arts. 373, II, do CPC/2015, 43, § 2º, do CDC e ofensa à Súmula n. 404 do STJ, sustentando, em síntese, ter comunicado previamente à recorrida acerca da inscrição de seu nome no órgão de proteção ao crédito. Nesse contexto, discorreu sobre os fatos e sobre as provas colacionadas nos autos, notadamente quanto à notificação enviada.

Foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fls. 157/160).

No agravo (e-STJ fls. 172/181), foram refutados os fundamentos da decisão agravada e alegado o cumprimento de todos os requisitos legais para recebimento do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 185/187).

É o relatório.

Decido.

Não se conhece da tese de desrespeito à Súmula n. 404 do STJ, pois ofensa a enunciado de jurisprudência não constitui matéria passível de análise por meio de recurso especial.

O Tribunal de origem assim enfrentou a questão da inscrição em cadastro de

inadimplentes (e-STJ fl. 100 – grifei):

Na espécie, a demandada não comprovou a remessa do aviso prévio de abertura do cadastro de restrição de crédito relativamente à informação à fl. 16, infringindo, pois, o determinado no § 2º do art. 43 do CDC, devendo-se, assim, determinar o cancelamento do registro.

No caso, o documento de fl. 37 não serve a demonstrar tenha sido a parte requerente cientificada previamente do aponte de seu nome no rol de inadimplentes, considerando que o indigitado papel em nenhum momento atesta que o consumidor foi cadastrado em relação àquele débito impugnado na petição inicial, constante da consulta à fl. 16.

A tanto, trata-se unicamente de uma listagem de relação de comunicação de débitos, sem que a entidade cadastral ré tenha juntado a cópia da carta de comunicação ao autor quanto ao aponte efetivado, constando o credor e o valor da dívida, a observar o disposto no art. 43, § 2º do CDC.

De outra, ausente registro preexistente, eis que à época do apontamento a parte não possuía registros ativos em seu nome, entendendo que os abalos extrapatrimoniais têm-se havidos por presunção, a partir da impropriedade cometida pela requerida, que furtou da demandante a possibilidade de impedir o lançamento, sendo desnecessária prova material do prejuízo.

A modificação das conclusões do acórdão recorrido – quanto à falha na comunicação ao consumidor acerca da inscrição de seu nome no órgão de proteção ao crédito – demandaria o revolvimento de matéria de fato, providência vedada em recurso especial, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Ademais, no presente caso, a avaliação do êxito do autor ou do réu em comprovar suas alegações (art. 373 do CPC/2015) – ou seja, se o ônus de prova foi cumprido – demanda reexame fático-probatório, o que é inadmissível na via especial, a teor da Súmula n. 7 do STJ.

Por fim, o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração do dissídio, mediante o exame das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973).

No caso concreto, a recorrente apenas transcreveu trechos dos julgados supostamente divergentes, sem indicar os dispositivos de interpretação controvertida ou demonstrar a similitude fática e divergências decisórias. Ausente, portanto, o necessário cotejo analítico entre as teses adotadas.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator